



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1009318-19.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido**
 Requerente: **Regina Maria Duarte Doria, CPF 050.523.158-13 - Advogado (a) Dr(a). Marcos Henrique Zimmermam Scalli**
 Requerido: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico, CNPJ 45.359.213/0001-42 - Advogado (a) Dr(a). Rafael Juliano Morillas – OAB nº 315.113, acompanhado da preposta Srª Juliana Rossi Carmoni (RG nº 33.320.290-2)**

Aos 18 de fevereiro de 2016, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do autor, Sr. Adilson e as do réu, Srªs Simone, Maria e Neide. *Pelo ilustre procurador da requerida foi solicitado o prazo de 05 dias para juntada de substabelecimento e carta de preposição, o que foi deferido pelo MM Juiz de Direito.* Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado bem como do depoimento pessoal da autora. A ré desistiu da oitiva de duas testemunhas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “*VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. A ação procede em parte, devendo haver a devolução simples do quanto foi pago pela autora, sem a indenização por danos morais. A prova colhida nesta data não deixa dúvida alguma de que houve falha na prestação de serviços por parte da ré. A autora compareceu na Unimed, com seu filho, para atendimento, e o atendimento foi recusado sob o fundamento de que o boleto não estava pago. Todavia, o boleto já havia sido pago 12 dias antes. Segundo informado pela testemunha que trabalha como consultora de vendas da ré, é certo que em 24 horas o pagamento do boleto passa a constar do sistema informatizado, e o sistema informatizado é consultado e deve ser consultado nos casos em que os clientes comparecem no estabelecimento sem o comprovante do boleto. No caso dos autos, o sistema foi consultado e não acusou o pagamento, o que constitui uma falha na prestação de serviço. Isso, independentemente de a autora não ter levado o comprovante de pagamento, porquanto, como informado pela mesma testemunha, a finalidade de se instruir o cliente a levá-lo consigo é somente garantir a prova de pagamento no curto intervalo de 24 horas que normalmente transcorre até o pagamento constar do sistema referido. A recusa à prestação do serviço, então, foi mesmo indevida. Todavia, emerge dos autos com clareza, que não houve má-fé, e sim falha na prestação de serviços. Tal situação desautoriza a devolução em dobro que foi postulada, conforme jurisprudência do STJ: AgRg no AgRg no AREsp 618411/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 24/06/2015; AgRg no AgRg no AREsp 600663/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 19/05/2015; AgRg no AREsp 439822/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 18/05/2015; AgRg no AREsp 460436/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 14/04/2015; AgRg no REsp 1200821/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 13/02/2015; AgRg no AREsp 617419/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 03/02/2015;*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

AgRg no AREsp 551275/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 19/12/2014; AgRg no AREsp 514579/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 28/10/2014; AgRg no REsp 1441094/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2014, DJe 01/09/2014; AgRg no REsp 1424498/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 19/08/2014. No tocante ao dano moral, este pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra objetiva e a honra subjetiva. Isto, em qualquer ordenamento jurídico que atribua centralidade ao homem em sua dimensão ética, ou seja, à dignidade da pessoa humana, como ocorre em nosso caso (art. 1º, III, CF). Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial, embora ela seja pressuposta. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denomina Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28). A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral. O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001). Não configura dano moral, por exemplo, o simples inadimplemento contratual (REsp 803.950/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, j. 20/05/2010; EDcl no REsp 1243813/PR, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, j. 28/06/2011). Quanto à hipótese dos autos, com todas as vênias e o merecido respeito à autora, reputo que não ocorreram danos morais indenizáveis, considerados os parâmetros fixados pela jurisprudência. Com efeito, sem dúvida o serviço foi falho e defeituoso, assim como o atendimento foi insatisfatório. Todavia, tal circunstância não é bastante, como visto acima para acarretar o dano moral. É necessária aflição desproporcional, que não se configurou – ou ao menos não foi comprovada – na hipótese dos autos. Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, para condenar o(a) requerido à restituir à autora a quantia de R\$ 180,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde 15/06/2015 e juros moratórios de 1% ao mês desde a mesma data. Observo que, aparentemente, esse valor, com os consectários legais na forma aqui estabelecida, foi depositado às fls. 144. **Levante-se essa quantia imediatamente.** Transcorrido o prazo recursal, fica desde já assinado à autora o prazo de 10 dias, independentemente de nova intimação, a partir do trânsito em julgado, para informar eventual diferença. Não havendo, presumir-se-á satisfação espontânea e integral, com o arquivamento dos autos. Sem custas ou honorários, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv. Requerente: Marcos Henrique Zimmermann Scalli

Requerida - preposta:

Adv. Requeridos(s): Rafael Valério Morillas

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA